



Us

NOTÁRIA – MARIA CLARA DAS NEVES PEREIRA

CERTIDÃO

ANDREIA MÓNICA PINTO DE CARVALHO, colaboradora notarial, CERTIFICA que a presente certidão composta de 12 folhas e extraída da escritura lavrada de folhas 27 a folhas 29 do Livro de Notas para Escrituras Diversas Número 66-6 deste Cartório, vai conforme o original, com o respectivo documento complementar, -----
Cartório Notarial, 21 de abril de dois mil e quinze, -----

A Colaboradora,

Andreia Mónica Pinto de Carvalho

(Andreia Mónica Pinto de Carvalho, Colaboradora Notarial, com o número de trabalhador 269/2, autorizada para a prática deste acto pela Notária Maria Clara das Neves Pereira, nos termos do artigo 8º do Estatuto do Notariado, por autorização publicitada no sítio da Ordem dos Notários, em 28/02/2013.)

Conta registada sob o n.º 1062

Emitido factura recibo.

[Signature]



466	27
Livro	Folhas



FEDERAÇÃO

----- No dia vinte e um de abril de dois mil e quinze, perante mim, a Notária Maria Clara das Neves Pereira, no respetivo Cartório, sito na Avenida Dr. Artur da Cunha Araújo, número 305, em Vila do Conde, compareceram como outorgantes: -----

PRIMEIRO - JOSÉ ANTÓNIO RAMOS DE SOUSA, casado, natural da freguesia de Mindelo, concelho de Vila do Conde, onde reside, na Rua da Moimenta, número 66, com o cartão de cidadão com o número de identificação civil 03848112 0zz8 válido até 16/04/2017, emitido pelas entidades competentes da República Portuguesa, que intervém na qualidade de Presidente da Direção, e em representação da Associação denominada de **"ASSOCIAÇÃO ARTES MARCIAIS UNIDAS"**, com sede na Rua da Moimenta, n.º 66, freguesia de Mindelo, concelho de Vila do Conde, com o número de identificação de pessoa colectiva **509 559 875**, constituída por escritura lavrada em vinte e um de agosto de dois mil e dez, neste mesmo Cartório Notarial em Vila do Conde (antiga licença), iniciada a folhas cento e vinte e um, do competente Livro de Notas para Escrituras Diversas "Vinte e Quatro - A", que consultei, com poderes para o ato conforme verifiquei pelo artigo décimo - segundo dos respectivos estatutos que fazem parte integrante da mencionada escritura de constituição acima consultada, e no uso dos poderes que lhe foram conferidos pela Assembleia Geral realizada em quinze de março de dois mil e quinze, de que foi lavrada a ata com o número onze, de que **arquivo** pública - forma. Verifiquei a respetiva qualidade que o outorgante se arroga - Presidente da Direção - pela Assembleia

46-G	23-V
Livro	Folhas

Cr

Geral de sete de fevereiro de dois mil e quinze, que contempla o ato de Eleição e de Tomada de Posse, de que foi lavrada a ata com o número dez, de que, também, **arquivo pública** - forma. -----

SEGUNDA - SANDRA ISABEL DOS SANTOS DIAS NOVO, que também usa SANDRA ISABEL DOS SANTOS DIAS, e SANDRA ISABEL SANTOS DIAS, casada, natural da freguesia de São Dinis, concelho de Vila Real, residente na Av. Eng. Luís Castro Saraiva, nº 49, na cidade de Valpaços, com o cartão de cidadão com o número de identificação civil 11121508 0zz2, válido até 27/01/2017, emitido pelas entidades competentes da República Portuguesa, que intervém na qualidade de Presidente da Direcção, e em representação da Associação denominada de "**ASSOCIAÇÃO MIRANDELENSE DE ARTES ORIENTAIS**", com sede na Rua Engenheiro Moura Pegado, número 58, na freguesia e concelho de Mirandela, com o número de identificação de pessoa coletiva **501 729 364**, constituída por escritura lavrada em treze de junho de mil novecentos e oitenta e seis, no Cartório Notarial de Mirandela, iniciada a folhas treze verso, do competente Livro de Notas para Escrituras Diversas "Trezentos e Oitenta e Dois - B", de que me foi exibida uma certidão lá passada na mesma data, com poderes para o ato conforme verifiquei artigo décimo - quinto dos respetivos estatutos que fazem parte integrante da mencionada escritura de constituição acima exibida, e no uso dos poderes que lhe foram conferidos pela Assembleia Geral, realizada em dez de Fevereiro de dois mil e quinze, que **arquivo pública** - forma. Verifiquei a respectiva qualidade que a outorgante se arroga - Presidente da Direcção - pelas Assembleias Gerais, respetivamente, da

46.G	28
Livro	Folhas

Eleição de sete de dezembro de dois mil e treze, e de Tomada de Posse de três de janeiro de dois mil e catorze, de cujas atas **arquivo** públicas - formas. -----

TERCEIRO – LUÍS MIGUEL NOGUEIRA PARENTE ABREU, divorciado, natural da freguesia de São Julião, concelho da Figueira da Foz, residente na Rua José Custódio Ramos, número 4, na freguesia de Quiaios, concelho de Figueira da Foz, com o cartão de cidadão com o número de identificação civil 10302314 3zy9, válido até 12/03/2019, emitido pelas entidades competentes da República Portuguesa, que intervém na qualidade de Presidente da Direcção, e em representação da Associação denominada de "**I.K.A. – ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE KENPO MSD RYU**", com sede na Rua Direita Travessa do Bento, nº 4, freguesia de Quiaios, concelho de Figueira da Foz, com o número de identificação de pessoa coletiva **505 873 354**, constituída por escritura lavrada em um de março de dois mil e dois, no extinto Primeiro Cartório Notarial de Figueira da Foz, iniciada a folhas quinze verso, do competente Livro de Notas para Escrituras Diversas "Oitenta e Nove - E", de que me foi exibida uma certidão lá passada na mesma data, com poderes para o ato conforme verifiquei pelos respetivos estatutos que fazem parte integrante da mencionada escritura de constituição acima exibida, e pelo artigo quinquagésimo sétimo do seu regulamento interno, de que **arquivo** conferência, e no uso dos poderes que lhe foram conferidos pela Assembleia Geral, realizada em um de abril de dois mil quinze, de que foi lavrada a ata com o número dezassete, de que **arquivo** pública - forma. Verifiquei a respectiva qualidade que o outorgante se arroga - Presidente da Direcção – pela Assembleia Geral de vinte e um de dezembro de

46-G	28-J
Livro	Folhas

Cy

dois mil e treze, que contempla o ato de Eleição e de Tomada de Posse, de que foi lavrada a ata com o número quinze, de que, também, **arquivo** pública – forma, -----

----- Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos seus documentos de identidade acima referidos. -----

----- Declararam os outorgantes, nas qualidades em que outorgam: -----

----- Que, pela presente escritura, e no uso dos poderes conferidos, na qualidade de membros da comissão organizadora ou instaladora, de comum acordo, constituem, por tempo indeterminado, a contar desta data, uma Federação sem fim lucrativo, com a denominação de "**FPKDT - FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE KUNG DO TE**", com sede na Rua da Moimenta, número 66, 4485-494, na freguesia de Mindelo, concelho de Vila do Conde, com o número de identificação de pessoa coletiva **513 493 239**. -----

----- Que os estatutos da Federação, com que ficará a reger-se, constam de um documento complementar por eles apresentado e outorgado sob sua responsabilidade, organizado nos termos do artigo sessenta e quatro do Código do Notariado, que se **arquiva**, e que me dispensei de ler por os outorgantes haverem declarado que conhecem perfeitamente o seu conteúdo. -----

----- CONSULTEI AINDA: -----

----- Certificado de Admissibilidade de Firma ou Denominação, consultada na data de hoje neste Cartório Notarial através do portal do cidadão, com o código de acesso número 0572-0402-5021. -----

----- A escritura foi lida e o seu conteúdo explicado aos outorgantes. -----

46 G	29
Livro	Folhas

Cr 

Jose Antonio Raimundo de Sousa

SENDA ISRAEL DOS SANTOS DAS NOBIS

MABUY

A Notária,

Tania Clara Pereira

Conta registada sob o nº 1062 *Cr*

DOCUMENTO COMPLEMENTAR elaborado nos termos do número dois do artigo sessenta e quatro do Código de Notariado, referente à escritura de constituição da “**FPKDT - Federação Portuguesa de Kung Do Te**”, lavrada em vinte e um de abril de dois mil e quinze, no Cartório Notarial em Vila do Conde a cargo da Notária Maria Clara das Neves Pereira. -----f-----

ESTATUTOS DA
FPKDT - FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE KUNG DO TE

Capítulo I

Princípios Gerais

Artigo 1º
Denominação, natureza e sede

1. A FPKDT - Federação Portuguesa de Kung Do Te, também designada abreviadamente por FPKDT, é uma pessoa colectiva de direito privado sem fins lucrativos.
2. A FPKDT tem a sua sede na Rua da Moimenta, número sessenta e seis, freguesia de Mindelo, concelho de Vila do Conde, podendo a mesma ser deslocada para qualquer outro lugar dentro do território nacional por deliberação da Direcção.

Artigo 2º
Duração

A FPKDT tem duração ilimitada.

Artigo 3º
Regime jurídico

A FPKDT rege-se pelos presentes Estatutos, pelos regulamentos internos e pela legislação em vigor.

Artigo 4º

Fins

A FPKDT tem âmbito nacional e prossegue os seguintes fins:

- a) Promover, regulamentar e dirigir, a nível nacional, o ensino e a prática do Kung Do Te e disciplinas afins ou associadas;
- b) Promover o ensino e a prática do Kung Do Te, designado abreviadamente por KDT, respeitando o princípio da criatividade e liberdade de expressão marcial;
- c) Promover o estudo e a prática de várias correntes filosóficas, designadamente o Zen, Tao, Krishnamurti ou outras que a FPKDT julgue importantes para o desenvolvimento pessoal dos seus membros, dissociando-se de qualquer filiação religiosa;
- d) Representar perante a Administração Pública os interesses dos seus filiados;
- e) Coordenar e proteger o interesse comum dos seus membros;

- f) Assegurar a sua filiação na federação internacional que dirige o KDT;
- g) Elaborar e aprovar normas e regulamentos, garantindo a sua aplicação;
- h) Organizar campeonatos nacionais e outras provas consideradas convenientes ao desenvolvimento e expressão do KDT nacional;
- i) Organizar e patrocinar provas internacionais oficiais, prestando assistência aos clubes, associações e praticantes que nelas participem;
- j) Representar o KDT junto das organizações desportivas internacionais, bem como assegurar a participação competitiva das selecções nacionais;
- k) Promover a ética desportiva e o Fair Play em todas as competições e nas relações entre os praticantes, árbitros e juizes, dirigentes e demais agentes da modalidade;
- l) Exercer outras competências que lhe sejam permitidas ou legalmente atribuídas.

Artigo 5º

Símbolos e sinais distintivos

- 1. A FPKDT adopta como símbolos a bandeira, o emblema e respectivo logótipo.
- 2. A FPKDT poderá adoptar quaisquer outros símbolos, marcas e logótipos que se venha a entender por conveniente e como complemento para a prossecução dos fins e/ou objectivos da federação, nos termos que vierem a ser definidos pela Direcção.
- 3. O logótipo, as marcas e os restantes sinais distintivos da FPKDT serão objecto de registo junto do Instituto Nacional da Propriedade Industrial.
- 4. O nome, logótipos, marcas e restantes sinais distintivos da FPKDT só poderão ser utilizados, em qualquer actividade ou competição, mediante o consentimento prévio e expresso da Direcção.

Artigo 6º

Princípios de organização e funcionamento

- 1. A FPKDT organiza-se e prossegue as suas actividades de acordo com os princípios da liberdade, da democraticidade, da igualdade, da representatividade e da transparência.
- 2. A FPKDT respeita a identidade e autonomia própria das associações filiadas, e respectiva expressão marcial, não se ingerindo nos seus assuntos internos.
- 3. A FPKDT é independente do Estado, dos partidos políticos e das instituições religiosas.

Artigo 7º

Estrutura territorial

- 1. A FPKDT desenvolve as actividades e exerce as suas competências em todo o território nacional.
- 2. As normas que determinam as relações entre a FPKDT e as associações, clubes, praticantes e outros agentes desportivos, são as que resultam da lei, dos presentes Estatutos e respectivos regulamentos.

Capítulo II
Dos associados

Artigo 8º
Tipos de associados

Os associados da FPKDT podem ser Efectivos, de Mérito ou Honorários.

Artigo 9º
Associados efectivos

São associados efectivos da FPKDT as associações de praticantes de artes marciais, devidamente legalizadas, que:

- a) promovam, pratiquem ou contribuam para o desenvolvimento do KDT;
- b) tenham aceite os presentes Estatutos e cumpram os respectivos requisitos;
- c) sejam aceites como tal pela Direcção da FPKDT.

Artigo 10º
Associados de mérito

São associados de mérito os praticantes e os demais agentes desportivos inscritos na FPKDT que pelo seu valor se revelam ou se tenham revelado dignos dessa distinção.

Artigo 11º
Associados honorários

São associados honorários as pessoas singulares ou colectivas que, pelos serviços relevantes prestados à modalidade, forem assim distinguidas pela Assembleia Geral, sob proposta da Direcção.

Artigo 12º
Direitos dos associados efectivos

- São direitos dos associados efectivos da FPKDT:
- a) Possuir Diploma de filiação;
 - b) Eleger os órgãos da FPKDT e ser eleito para os mesmos através dos seus representantes;
 - c) Participar nas actividades da FPKDT de harmonia com os respectivos regulamentos;
 - d) Propor a alteração dos Estatutos e dos Regulamentos da FPKDT;
 - e) Examinar, através de legal representante, na sede da FPKDT, nos quinze dias que antecedem a reunião ordinária da Assembleia Geral, as contas a gerência e os respectivos documentos da prestação de contas;
 - f) Quaisquer outros que lhes sejam atribuídos pelos Estatutos e Regulamentos, ou por deliberação da Assembleia Geral.

Artigo 13º
Deveres dos associados efectivos

São deveres dos associados efectivos da FPKDT:

- a) Cumprir os Estatutos e demais Regulamentos;
- b) Respeitar as deliberações e decisões dos órgãos sociais;
- c) Fazer atempadamente a renovação da sua filiação nos termos em vigor;
- d) Inscrever os seus membros na FPKDT e renovar atempadamente essa inscrição;
- e) Contribuir com todos os elementos pedidos pela FPKDT para a boa organização das actividades federativas;
- f) Colaborar activamente para o desenvolvimento da modalidade e para a promoção dos valores éticos do desporto.

CAPÍTULO III
Estrutura Orgânica

Artigo 14º
Órgãos sociais

1. A FPKDT realiza os seus fins através dos seguintes órgãos:

- a) Assembleia Geral;
- b) Direcção;
- c) Conselho Fiscal;
- d) Conselho de Arbitragem.

SECÇÃO I - DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 15º
Composição

- 1. A Assembleia Geral é o órgão deliberativo máximo da FPKDT, constituído pelos representantes dos sócios efectivos, no pleno gozo dos seus direitos.
- 2. Os titulares dos restantes órgãos sociais da federação participam na Assembleia Geral mas sem direito a voto.

Artigo 16º
Representação

- 1. Cada um dos sócios efectivos é representado nas reuniões da Assembleia Geral pelo máximo de dois delegados escolhidos de entre os membros dos seus órgãos sociais, devidamente credenciados, mas só um deles poderá exercer o direito de voto.
- 2. Na credencial de acreditação devem constar, obrigatoriamente, o nome e o cargo que ocupam e a indicação a quem é conferido o direito de voto.
- 3. Antes do início de cada Assembleia Geral, os delegados acreditados apresentarão as

respectivas credenciais carimbadas e assinadas, pelo menos, por dois membros efectivos da respectiva Direcção.

4. Cada delegado só poderá representar um sócio efectivo na mesma época desportiva.

5. Se no momento da votação não se encontrar presente o delegado com direito a voto poderá votar o outro delegado presente.

6. Apenas os delegados presentes e credenciados têm direito a voto, não sendo admitidos votos por procuração, correspondência ou quaisquer outros meios de comunicação à distância.

Artigo 17º

Votos

1. Os sócios efectivos exercem o seu direito de voto nos termos dos números seguintes.

2. Cada sócio efectivo terá direito aos votos correspondentes aos praticantes vinculados no ano anterior, de acordo com o seguinte:

a) Até vinte e cinco praticantes: um voto

b) De vinte e seis a cinquenta praticantes: três votos

c) De cinquenta e um a cem praticantes: cinco votos

d) Mais de cem praticantes: sete votos

3. O número de votos correspondentes a cada sócio efectivo será apurado e comunicado no início da época desportiva e mantem-se inalterável até ao final da mesma.

Artigo 18º

Da Mesa da Assembleia

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário.

Artigo 19º

Reuniões

A Assembleia Geral é convocada nos termos dos artigos 173º e 174º do Código Civil.

Artigo 20º

Deliberações

As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria absoluta dos votos expressos dos sócios efectivos presentes, salvo quando a lei ou os Estatutos exijam maioria qualificada.

Artigo 21º

Competências

Compete à Assembleia Geral:

- a) A eleição e a destituição dos titulares dos órgãos federativos;
- b) A aprovação do relatório, do balanço, do orçamento e dos documentos de prestação de contas;
- c) A aprovação e alteração dos Estatutos;
- d) Apreciar, nos termos da lei, os regulamentos elaborados pela Direcção;
- e) Autorizar a aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis;
- f) Deliberar sobre a proposta de extinção da federação;
- g) Deliberar sobre os recursos interpostos;
- h) Quaisquer outras que não sejam da competência específica dos demais órgãos federativos.

SECÇÃO II - DA DIRECÇÃO

Artigo 22º Composição

A Direcção é o órgão colegial de administração da federação composta pelo Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro e por um Vogal.

Artigo 23º Competências

Compete à Direcção administrar a federação, incumbindo-lhe, designadamente:

- a) Aprovar os regulamentos;
- b) Organizar as selecções nacionais;
- c) Organizar as competições desportivas;
- d) Organizar os cursos de formação de treinadores e técnicos de arbitragem;
- e) Garantir a efectivação dos direitos e deveres dos associados;
- f) Exercer o poder disciplinar;
- g) Elaborar anualmente o plano de actividades;
- h) Elaborar anualmente e submeter a parecer do Conselho Fiscal o orçamento, o balanço e os documentos de prestação de contas;
- i) Administrar os negócios da federação em matérias que não sejam especialmente atribuídas a outros órgãos;
- j) Propor à Assembleia Geral a proclamação de associados de mérito e honorários e demais louvores;
- k) Deliberar quanto ao preenchimento de qualquer lacuna nos Estatutos e Regulamentos Internos, valendo tal decisão até à primeira Assembleia Geral que se lhe seguir;
- l) Zelar pelo cumprimento dos Estatutos, dos regulamentos e das deliberações dos órgãos da FPKDT.

Artigo 24º Presidente

O Presidente representa a federação, assegura o seu regular funcionamento e promove a colaboração entre os órgãos federativos, competindo-lhe designadamente:

- a) Representar a federação junto da Administração Pública;
- b) Representar a federação junto das organizações congéneres, nacionais, estrangeiras ou internacionais;
- c) Representar a federação em juízo;
- d) Convocar as reuniões da Direcção e dirigir os respectivos trabalhos, cabendo-lhe o voto de qualidade quando exista empate nas votações;
- e) Exercer as competências definidas nos Regulamentos Internos;
- f) Contratar e gerir o pessoal ao serviço da federação;
- g) Assinar com o Tesoureiro todos os cheques, ordens de pagamento, documentos de despesa, balancetes e orçamentos;
- h) Assinar os termos de abertura e de encerramento dos livros de actas das comissões nomeadas e rubricar as folhas dos respectivos livros;
- i) Participar, quando o entender conveniente, nas reuniões de quaisquer órgãos federativos, podendo nelas intervir na discussão, mas sem direito a voto;
- j) Assegurar a organização e o bom funcionamento dos serviços;
- k) Solicitar ao presidente da Mesa da Assembleia Geral a convocação de reuniões extraordinárias deste órgão.

Artigo 25º Vice-presidente

Compete especificamente ao Vice-presidente coadjuvar o Presidente no exercício das suas atribuições, substituí-lo e representá-lo nas suas faltas, ausências e impedimentos.

Artigo 26º Departamentos e Comissões

Poderão ser criados pela Direcção departamentos e comissões que forem julgados pertinentes e necessários à prossecução e cumprimento das suas atribuições e competências.

Artigo 27º Reuniões

A Direcção reúne sempre que necessário ao desempenho das suas competências mediante convocação do seu Presidente.

SECÇÃO III - DO CONSELHO FISCAL

Artigo 28º Composição

O Conselho Fiscal é composto por um presidente, um vice-presidente e por um secretário.

Artigo 29º Atribuições e Competências

1. O Conselho Fiscal fiscaliza os actos de administração financeira da FPKDT, bem como o cumprimento dos Estatutos, Regulamentos e disposições aplicáveis.
2. Compete, designadamente, ao Conselho Fiscal:
 - a) Emitir pareceres sobre o Orçamento, o Balanço e os Documentos de prestação de contas;
 - b) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e os documentos que lhes servem de suporte;
 - c) Acompanhar o funcionamento da federação, participando aos órgãos competentes as irregularidades financeiras de que tenha conhecimento.

Artigo 30º Reuniões

O Conselho Fiscal reúne sempre que necessário ao desempenho das suas competências mediante convocação do seu presidente, com um quorum mínimo de dois elementos.

Secção IV - DO CONSELHO DE ARBITRAGEM

Artigo 31º Composição

O Conselho de Arbitragem é composto por três membros, sendo um presidente, outro vice- presidente e um secretário.

Artigo 32º Atribuições e competências

O Conselho de Arbitragem é o órgão responsável pela coordenação e administração da actividade da arbitragem, por aprovar as respectivas normas reguladoras, estabelecer os parâmetros de formação dos técnicos de arbitragem e proceder à classificação técnica destes, competindo-lhe, nomeadamente:

- a) Coordenar e administrar a actividade da arbitragem;
- b) Nomear os árbitros e juízes para as competições;
- c) Nomear os árbitros e juízes a frequentar os cursos internacionais de arbitragem;
- d) Estabelecer os parâmetros de formação dos técnicos de arbitragem e proceder à classificação técnica destes;
- e) Apreciar, resolver e julgar os protestos apresentados nas competições;
- f) Aprovar as normas reguladoras da actividade da arbitragem para a competição;

g) Dar pareceres sobre todos os assuntos relativos à arbitragem sempre que lhe seja solicitado pelos restantes órgãos da FPKDT.

Artigo 33º
Reuniões

O Conselho de Arbitragem reúne sempre que necessário ao desempenho das suas competências mediante convocação do seu presidente.

CAPÍTULO IV
Regime Disciplinar

Artigo 34º
Âmbito

1. O poder disciplinar da FPKDT exerce-se sobre todas as associações, clubes, dirigentes, praticantes, treinadores, técnicos de arbitragem, e em geral, sobre todas as entidades que desenvolvam a actividade compreendida no seu objecto estatutário, nos termos do seu regime disciplinar.
2. O regime da responsabilidade disciplinar é independente da responsabilidade civil ou penal e o exercício da acção penal do Estado não inibe a FPKDT de promover o competente procedimento disciplinar, nem constitui causa de suspensão ou dilação deste.

Artigo 35º
Penas

1. Em conformidade com a gravidade da infracção, pode a Direcção aplicar as seguintes sanções:
 - a) Advertência;
 - b) Repreensão por escrito;
 - c) Suspensão até 10 anos.
2. Nenhuma sanção será aplicada sem ser dada possibilidade de defesa ao visado, que poderá dela recorrer para a Assembleia Geral.

CAPÍTULO V
Duração do mandato e eleição dos órgãos sociais

Artigo 36º
Mandato e limites à renovação

1. O mandato dos órgãos da FPKDT é de quatro anos, podendo os seus membros ser reeleitos.
2. Em caso de renúncia ao mandato, os titulares dos órgãos sociais da FPKDT, não podem candidatar-se para o mesmo órgão nas eleições imediatas nem nas que se realizem no quadriénio imediatamente subsequente à renúncia.

3. Os membros dos órgãos sociais são eleitos em Assembleia Geral e empossados pelo presidente da Mesa da Assembleia Geral imediatamente após o apuramento dos resultados eleitorais.

Artigo 37º Eleições

1. Os titulares dos órgãos da FPKDT são eleitos em listas únicas, completas, mediante sufrágio directo e secreto.
2. Considera-se eleita a lista que obtiver a maioria dos votos correspondentes aos eleitores presentes.
3. Se no primeiro escrutínio nenhuma lista obtiver a maioria referida no número anterior, proceder-se-á, de seguida, a novo escrutínio, mas apenas entre as duas listas mais votadas no primeiro, considerando-se eleita a que obtiver a maioria dos votos correspondentes aos eleitores presentes.

Artigo 38º Apresentação de listas

1. As listas a submeter à eleição devem ser subscritas por um número de sócios efectivos não inferior ao equivalente a vinte e cinco por cento do total dos votos da Assembleia Geral.
2. As listas devem conter, além do número total de efectivos, um número de suplentes não inferior a um terço dos efectivos.
3. Nenhum sócio efectivo pode subscrever a propositura em mais que uma lista.
4. O mesmo candidato não pode participar em mais de uma lista.
5. As listas a submeter à eleição devem ser acompanhadas de declaração dos candidatos onde expressamente manifestam a sua aceitação e apresentadas na sede da FPKDT até dez dias antes do acto eleitoral.

Artigo 39º Requisitos de elegibilidade

1. Sem prejuízo de outros requisitos específicos previstos nos Estatutos ou na lei, são elegíveis para os órgãos da FPKDT os indivíduos:
 - a) Que sejam maiores de dezoito anos, não afectados por qualquer incapacidade de exercício;
 - b) Que possuam nacionalidade portuguesa;
 - c) Que estejam obrigatoriamente inscritos na FPKDT;
 - d) Que não sejam devedores da federação;
 - e) Que não hajam sido punidos por infracções de natureza criminal, contra-ordenacional ou disciplinar em matéria de violência, corrupção ou dopagem associadas ao desporto, até cinco anos após o cumprimento da pena;
 - f) Que não tenham sido punido por crimes praticados no exercício de cargos dirigentes em federações desportivas, bem como por crimes contra o património destas, até

cinco anos após o cumprimento da pena, salvo se sanção diversa lhe tiver sido aplicada por decisão judicial.

2. Os candidatos propostos não podem integrar mais do que uma lista.

Artigo 40º Perda de mandato

1. Os titulares dos órgãos perdem o mandato quando, após a eleição, sejam colocados em situação que os torne inelegíveis, ou relativamente aos quais se apure uma das incompatibilidades previstas na lei ou nos estatutos.

2. Perdem ainda o mandato os titulares dos órgãos que, no exercício das suas funções ou por causa delas, intervenham em contrato no qual tenham interesse por si, como gestor de negócios ou representante de outra pessoa e, bem assim, quando nele tenham interesse o seu conjugue, algum parente ou afim na linha recta ou até ao segundo grau da linha colateral ou qualquer pessoa com quem viva em economia comum.

3. Os contratos em que tiverem intervindo titulares de órgãos federativos que impliquem a perda do seu mandato são nulos, nos termos gerais.

Artigo 41º Vacatura

1. No caso de vacatura do lugar de presidente de qualquer órgão, o mesmo será preenchido pelo vice-presidente desse órgão.

2. No caso de vacatura de um vice-presidente, este será substituído pelo elemento que se situe imediatamente a seguir, pela ordem dos candidatos inscritos na respectiva lista eleitoral.

3. As vagas que se verificarem em qualquer órgão social, além das resultantes de aplicação do disposto no número anterior, serão preenchidas pelos suplentes, segundo a ordem de precedência na lista eleitoral.

4. Havendo vacaturas subsequentes às supridas pelos membros suplentes, os órgãos em causa permanecerão em funções enquanto mantenham quórum, suscitando-se eleições intercalares, no prazo de trinta dias a contar da verificação, quando essa falta de quórum impeça o funcionamento do órgão.

CAPÍTULO VI Funcionamento com associações e clubes

Artigo 42º Associações

Os interlocutores da federação são as associações, devidamente filiadas e no pleno gozo dos seus direitos.

Artigo 43º
Clubes (Dojos)

1. Os clubes (dojos) relacionam-se com a FPKDT através das associações em que se encontram filiados.
2. Dojo: Local de prática de KDT sob a direcção dum "instrutor/mestre" credenciado pela FPKDT.

CAPÍTULO VIII
Competições e selecções nacionais

Artigo 44º
Competições

As competições desportivas organizadas pela FPKDT com vista à atribuição de títulos nacionais ou outros de carácter oficial, obedecem aos seguintes princípios:

- a) Liberdade de acesso de todos os agentes desportivos e clubes com sede em território nacional, que se encontrem regularmente inscritos na federação, e que preencham os requisitos de participação definidos nos termos da lei e dos regulamentos em vigor;
- b) Igualdade de todos os praticantes no desenvolvimento da competição, sem prejuízo dos escalonamentos estabelecidos com base em critérios exclusivamente desportivos nos termos regulamentares em vigor;
- c) Publicidade dos regulamentos próprios de cada competição desportiva, bem como das decisões que os apliquem, e das razões que as fundamentam por escrito;
- d) Imparcialidade e isenção no julgamento das questões que se suscitarem em matéria técnica e disciplinar.

Artigo 45º
Condições de reconhecimento de títulos

1. As competições organizadas pela FPKDT, ou no seu âmbito, que atribuam títulos nacionais ou regionais, disputam-se em território nacional.
2. Os títulos mencionados no número anterior só podem ser atribuídos a cidadãos nacionais.

Artigo 46º
Seleccções nacionais

1. A participação na selecção nacional da FPKDT é reservada a cidadãos nacionais.
2. As condições a que obedece a participação dos praticantes nas selecções nacionais são definidas nos presentes Estatutos e nos respectivos regulamentos, tendo em consideração o interesse público dessa participação e os legítimos interesses da federação, dos clubes e dos praticantes.
3. A participação nas selecções nacionais é obrigatória, salvo motivo justificado, para

os praticantes que tenham beneficiado de medidas específicas de apoio no âmbito do regime de alto rendimento.

CAPÍTULO VII Gestão Patrimonial e Financeira

Artigo 47º Património

O património da FPKDT é constituído pela universalidade dos seus bens, direitos e obrigações.

Artigo 48º Receitas

Constituem receitas da FPKDT:

- a) O produto das taxas e quotas a pagar pelos associados, nos termos regulamentares;
- b) As taxas de inscrição em provas organizadas pela FPKDT;
- c) Os proveitos de eventos organizados pela FPKDT;
- d) Depósitos relativos a recursos julgados improcedentes, nos termos regulamentares;
- e) Os subsídios do Estado ou de outros organismos;
- f) As doações, heranças ou legados;
- g) Outras receitas legalmente autorizadas.

Artigo 49º Despesas

São despesas da FPKDT:

- a) Os encargos com o respectivo funcionamento e com o exercício das suas atribuições e competências;
- b) As remunerações e gratificações aos seus trabalhadores, técnicos e dirigentes da FPKDT;
- c) Os subsídios e subvenções às associações, clubes, praticantes e outros agentes desportivos, nos termos da lei, destes Estatutos e dos regulamentos;
- d) Os custos de aquisição, manutenção e conservação dos seus equipamentos ou de serviços que tenha de utilizar;
- e) Outras despesas enquadráveis na actividade da FPKDT.

Artigo 50º Ano social e época desportiva

O ano social e a época desportiva da FPKDT é coincidente com o ano civil.

Artigo 51º Remunerações dos titulares dos órgãos sociais

1. Os titulares dos órgãos sociais da FPKDT poderão, por deliberação da Direcção, ser remunerados pelo exercício do cargo, de acordo com o vínculo de natureza profissional que assumam.
2. O valor das remunerações será fixado pela Direcção, com o parecer favorável do Conselho Fiscal.
3. Sem prejuízo dos números anteriores, poderão ser estabelecidas outras formas de compensação pecuniária pelo tempo dispendido e trabalho produzido pelos titulares dos órgãos sociais.

CAPÍTULO VIII Generalidades

Artigo 52º Actas

Das reuniões de qualquer órgão colegial da federação é sempre lavrada Acta que, depois de aprovada, deve ser assinada pelo presidente e pelo secretário ou, no caso da Assembleia Geral, pelos membros da respectiva Mesa.

Artigo 53º Regulamentos Internos

Os presentes Estatutos são complementados pelos Regulamentos Internos aprovados nos termos legais e estatutários.

CAPÍTULO IX Disposições finais

Artigo 54º Alteração dos Estatutos

A deliberação que vise a alteração dos Estatutos só é válida desde que aprovada por três quartos dos votos dos sócios efectivos presentes em Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito com pelo menos trinta dias de antecedência.

Artigo 55º Dissolução

A deliberação que vise a dissolução da FPKDT só é válida desde que aprovada por, pelo menos, três quartos da totalidade dos votos de todos os sócios efectivos, em Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito com pelo menos quarenta e cinco dias de antecedência.

Alis 6106



Artigo 56º
Casos Omissos

Em tudo o omissos nos presentes Estatutos e regulamentos federativos observar-se-á o disposto na legislação aplicável, à qual os membros obedecem.

Artigo 57º
Entrada em vigor

Os presentes Estatutos entram em vigor após outorga da respectiva escritura pública e publicitação nos termos legais.

Jose Antonio Ram de Sousa
SANTA ISABEL DOS SANTOS PIRES 10/10



A Notaria Maria Clara Pereira

